

CONTAS PÚBLICAS

Corte de R\$ 8,2 bi no Orçamento

Medida visa acomodar gastos imprevistos, mas não considera reajuste dos servidores, que será decidido até 30 de junho

» ROSANA HESSEL

Em meio à indecisão do presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre o reajuste dos servidores, o Ministério da Economia precisou anunciar um novo corte parcial do Orçamento deste ano, de R\$ 8,2 bilhões. Somada ao contingenciamento realizado em março, de R\$ 1,7 bilhão, a tesourada nas despesas chega a R\$ 9,9 bilhões. Mas poderá ser maior, caso o chefe do Executivo bata o martelo sobre o aumento salarial do funcionalismo.

“O nosso buraco em relação ao teto é de R\$ 9,9 bilhões”, afirmou o secretário especial do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, ontem, durante a apresentação do relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas. Nessa conta não foi incluída a reserva de R\$ 1,7 bilhão no Orçamento para o aumento prometido pelo chefe do Executivo aos policiais federais.

Bolsonaro tem até 30 de junho para definir o tamanho do reajuste que pretende dar ao funcionalismo. De acordo com o secretário, um reajuste linear de 5% para os servidores de todos os Poderes, que já foi sinalizado pelo presidente, deverá custar quase R\$ 8 bilhões neste ano aos cofres públicos, sendo R\$ 6,3 bilhões para o Executivo e R\$ 1,6 bilhão para o Legislativo e o Judiciário, ou seja, R\$ 7,9 bilhões.

Pelas contas do secretário, considerando apenas o reajuste de 5% para o Executivo, o corte total no Orçamento passaria de R\$ 16,2 bilhões. Ele não incluiu o saldo dos demais Poderes porque ainda será preciso submeter o mesmo reajuste aos respectivos tetos.

Colnago reconheceu que o ideal seria que o reajuste já tivesse sido incluído na atual previsão, mas o presidente poderá, até o fim de junho, fazer a alteração da programação orçamentária por meio de um projeto de lei e, posteriormente, um projeto de lei (PL) complementar (PLN) para a emissão do crédito suplementar. Caso alguma carreira seja reestruturada, também será preciso um PL para alterar o anexo V da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022.

Conforme os dados apresentados por Colnago e os secretários do Tesouro, Paulo Valle, e o do Orçamento Federal, Ariosto Culau, o bloqueio de R\$ 8,2 bilhões ocorreu por conta de imprevistos nas despesas. O volume inclui, por exemplo, R\$ 4,8

bilhões em sentenças judiciais não esperadas. Outros R\$ 4,2 bilhões são referentes ao aumento de subsídios agrícolas dos programas Proagro e Plano Safra.

A especialista em contas públicas Juliana Damasceno, da Tendências Consultoria, destacou que o novo corte orçamentário não pode ser tomado como parâmetro, porque o reajuste será inevitável e precisará caber dentro do teto de gastos. Neste ano, o limite para as despesas sujeitas à regra constitucional — que foi modificada no ano passado, abrindo mais de R\$ 100 bilhões para mais despesas —, é de R\$ 1,681 trilhão. “O que podemos ver é que está difícil lidar com a questão fiscal, mesmo sem o reajuste. O governo já enfrenta problemas para cumprir o teto de gastos. O resultado primário poderia até vir melhor neste ano, mas há muitas surpresas negativas, e espero que não tentem mudar o teto de novo às vésperas da eleição”, alertou. Para ela, isso seria um péssimo sinal e iria na contramão do discurso de que o país está no rumo da consolidação fiscal.

Atualização

O relatório já inclui os novos parâmetros da pasta, que manteve a previsão de crescimento do PIB em 1,5% e elevou de 6,55% para 7,80% a estimativa para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Com as atualizações, a projeção de rombo das contas públicas teve uma pequena redução, mesmo com o salto de R\$ 136,6 bilhões na receita primária em relação ao valor previsto na Lei Orçamentária, para R\$ 2,17 trilhões. A previsão de déficit passou de R\$ 66,9 bilhões, em março, para R\$ 65,5 bilhões, neste mês, mesmo com o aumento de R\$ 49,1 bilhões nas receitas.

“Embora essa melhoria (no resultado primário) não pareça tão robusta, ela considera todos os R\$ 60,8 bilhões em desonerações e a parte do encontro de contas com o município de São Paulo”, afirmou Colnago. Ele se referia à previsão de R\$ 24 bilhões referente às dívidas judiciais (precatórios) absorvidas pela União mediante acordo com a prefeitura de São Paulo em torno do aeroporto Campo de Marte, na zona norte da capital paulista. Os dados não consideram a entrada de receita de outorga da capitalização da Eletrobras, prevista em R\$ 25,4 bilhões.

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Correção salarial de 5% para todos os funcionários da administração federal deve custar mais R\$ 8 bilhões, segundo Esteves Colnago



O que podemos ver é que está difícil lidar com a questão fiscal, mesmo sem o reajuste. O governo já enfrenta problemas para cumprir o teto de gastos. O resultado primário poderia até vir melhor neste ano, mas há muitas surpresas negativas, e espero que não tentem mudar o teto de novo às vésperas da eleição”

Juliana Damasceno,
especialista em contas públicas
da Tendências Consultoria

Cresce onda de paralisações

» FERNANDA STRICKLAND

Servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) aprovaram, ontem, em assembleia geral extraordinária, iniciar uma greve por tempo indeterminado a partir de 30 de maio. Segundo representantes da categoria, vários fatores provocaram a decisão, entre eles, a ausência de proposta oficial de reestruturação para a carreira de finanças e controle.

Os funcionários da CGU vão engrossar o contingente de servidores que decidiram cruzar os braços para reivindicar aumento de salários. No início desta semana, funcionários da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) aprovaram uma paralisação por tempo indeterminado para começar na próxima segunda-feira. Outras categorias já estão em greve, os empregados do Banco Central (BC) e os servidores federais da educação básica, profissional e tecnológica.

As categorias estão se movimentando de forma independente. Na próxima semana, os auditores fiscais federais agropecuários (affas) vão realizar uma assembleia para decidir se começarão uma greve. A categoria se diz insatisfeita com o tratamento do governo federal ao pedido de reestruturação da carreira, e, desde dezembro, está em operação-padrão — realizando as tarefas em ritmo mais lento.

Segundo Bráulio Cerqueira, presidente do Unacon Sindical, a greve é uma resposta à falta de disposição do governo para discutir as reivindicações da categoria. O presidente Jair Bolsonaro (PL) têm afirmado que concederá reajuste de 5% a todo o funcionalismo, mas acena com aumento maior para setores como a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o que acaba por desagradar à maioria. “Não abrimos mão de defender a nossa carreira e nossas instituições”, afirmou Cerqueira.

Membros da Polícia Federal (PF) resolveram se manifestar de forma diferente na próxima semana. Em vez de paralisações ou greves, os agentes vão intensificar os trabalhos de fiscalização em portos, aeroportos, empresas de segurança privada, clubes de tiro e concessão de registros de porte de armas para caçador, atirador e colecionador (CAC) para reforçar a importância da corporação.

Segundo a categoria, a mobilização é um protesto contra o governo pelo descumprimento da promessa de reestruturar carreiras policiais pagas pela União. Durante a elaboração do Orçamento de 2022, no ano passado, Bolsonaro prometeu aos policiais federais que reestruturaria a carreira, mas após manifestações de outras categorias do funcionalismo público da União, acabou recuando e anunciou um reajuste linear de 5%. Ainda não foi tomada nenhuma decisão definitiva.

SISTEMA FINANCEIRO

Bancos oferecem parcelamento de compras via Pix

» MICHELLE PORTELA

O Banco Central ainda não lançou o Pix Garantido, que permite o parcelamento de transações utilizando o Pix, o meio eletrônico instantâneo que possibilita a transferência entre contas em poucos segundos, a qualquer hora ou dia. No entanto, diversos bancos já começaram a disponibilizar o recurso.

“O produto Pix Garantido, que permite o parcelamento de transações no Pix, ainda não foi lançado e não há previsão de lançamento. Nada impede que os bancos, desde já, ofertem crédito aos seus clientes para utilização em pagamentos via Pix. É um produto de cada banco”, explicou o BC, por meio de nota, nesta sexta-feira.

O Pix se tornou uma das opções de pagamento mais usadas pelos brasileiros e tem facilitado as transações bancárias no país. A expectativa é de que a novidade possa facilitar as operações aos clientes que buscam realizar uma compra e diminuir o uso do cartão de crédito, modalidade que tem taxas de juros muito altas. Segundo especialistas, a nova funcionalidade do Pix pode

fortalecer o relacionamento entre os bancos e os clientes.

Como funciona

O Pix parcelado é um tipo de contratação de crédito pessoal, já que ao fazer o parcelamento, o cliente está pedindo ao banco uma antecipação do valor da transação. Com o pagamento em parcelas, o banco lucra com o acréscimo de juros. Por isso, de acordo com o BC, é preciso estar atento às taxas cobradas pelos operadores de crédito.

Com o parcelamento no Pix, o consumidor poderá dividir a transação em até 12 ou 24 vezes. Esse serviço já é oferecido pelo Mercado Pago, pelo PicPay e pelo Banco Santander. As taxas são de 2,5% ao mês no caso do Mercado Pago, de 2,9% no Santander, e de 2,99% no PicPay. As taxas são atrativas em comparação aos juros do cartão de crédito, que custam a partir de 6,53% ao mês.

O mercado já possui também opção de parcelamento do Pix sem juros, oferecida por uma fintech, que permite dividir o Pix em até quatro vezes

: Wandertel Pozzebom/CB/D.A Press



Medida pode ser vantajosa em relação ao uso do cartão de crédito, mas também tem custo em juros

com zero de encargos. Disponibilizado até agora apenas pela Pagaleve, o serviço é ofertado somente em lojas parceiras da empresa, uma lista que tem cerca de 50 varejistas.

O sistema de pagamentos Pix bateu o recorde de transações em um único dia em 6 de maio, véspera do Dia das Mães, segundo o BC. Foram feitas naquele dia 73.198.432 operações.

Outro número batido foi o total de valores diários movimentados: R\$ 42,1 bilhões, na mesma data. Em março, as transferências via Pix já haviam superado R\$ 1 bilhão mensais.

» Cai crédito para habitação popular

As contratações de projetos do Casa Verde e Amarela caíram pela metade nos primeiros quatro meses do ano. As construtoras estão desistindo de lançar empreendimentos porque a inflação persistentemente elevada inviabilizou negócios. Foram contratadas 68,8 mil unidades entre janeiro e abril, 51% a menos do que no mesmo período de 2021, quando chegaram a 140,5 mil. Os dados são do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a fonte de financiamento para compra e construção de imóveis pelo programa habitacional. Mantida a média, o total de contratos em 2022 chegará a 206,4 mil, o mais baixo desde o início do programa, em 2009, e menos de um quarto do número do auge (912,9 mil em 2013), quando se chamava Minha Casa Minha Vida.